

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.255 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2001

Lafer diz que divergência com o Canadá está longe de solução

Ministro das Relações Exteriores debate com os senadores o boicote canadense à carne brasileira e os demais problemas comerciais entre os dois países. Hoje o Plenário ouve o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes



Celso Lafer disse que a controvérsia com o Canadá sobre a indústria aeronáutica, ainda sem solução à vista, é inédita nas relações internacionais

Em mais de quatro horas de debate, ontem, no Plenário do Senado, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, deixou claro que, embora o boicote à importação de carne bovina brasileira tenha sido suspenso, os problemas comerciais com o Canadá não acabaram. "Estamos longe de resolver nossas divergências", frisou. Hoje os senadores recebem o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, para falar sobre o embargo à carne nacional.

PÁGINAS 4 A 7

Jader anuncia comissão do Congresso para tratar das relações entre os dois países

O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou a criação de uma comissão especial de senadores e deputados para acompanhar o desenvolvimento das relações entre Brasil e Canadá.

PÁGINA 4



Souto (E) fala na comissão presidida por Alberto Goldman

Souto reconhece que TCU tem dificuldade para fiscalizar obras

O Tribunal de Contas da União enfrenta sérias dificuldades para fiscalizar o andamento de obras públicas, conforme reconheceu ontem seu presidente, Humberto Souto, na Comissão de Orçamento. Ele explicou que o TCU não tem condições de atestar a qualidade das obras e se os custos são os mais favoráveis ao governo.

PÁGINA 3

EX-PRESIDENTE DO VASCO DEPÕE POR TRÊS HORAS E NÃO CONVINCE RELATOR DA CPI

O ex-presidente do Vasco da Gama Antônio Soares Calçada depôs ontem por mais de três horas na CPI do Futebol. Ao final da audiência, o relator da comissão, senador Geraldo Althoff, afirmou que "ou Calçada se deixou envolver por terceiros ou tinha comprometimento com uma série de irregularidades".



PÁGINA 3

Geraldo Althoff e Álvaro Dias acompanham o depoimento de Calçada



Conselho de Ética ouve procuradores e jornalistas sobre violação de sigilo

O Conselho de Ética do Senado inicia hoje a apuração da denúncia de violação do painel eletrônico de votação e

quebra de decoro parlamentar. Serão ouvidos três procuradores da República e três jornalistas da revista *IstoÉ*.

PÁGINA 8

Senadores e deputados homenageiam a mulher

PÁGINA 3

Jader prevê que definição das comissões técnicas será tranqüila

Presidente do Senado destaca que, enquanto as lideranças não equacionam o assunto, o trabalho do Plenário prossegue normalmente, com a Ordem do Dia organizada até 11 de abril.

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem que está convencido de que as lideranças partidárias realizarão “com a maior tranqüilidade” a definição da composição das comissões técnicas da Casa, assegurando que o assunto “será equacionado” sem prejuízos para a manutenção da base parlamentar do governo.

Jader assinalou que, enquanto as comissões não são definidas, o trabalho do Plenário prossegue normalmente, com

matérias importantes como a que estabelece novos casos de inelegibilidade e o projeto relativo à defensoria pública já tendo votação prevista, e a Ordem do Dia organizada até 11 de abril.

Questionado sobre a posse do deputado Roberto Brant e do senador José Jorge nos Ministérios da Previdência e de Minas e Energia e a manutenção de aliados do senador Antonio Carlos Magalhães em postos no governo, Jader Barbalho disse

que prefere pensar que fez “uma análise equivocada do quadro político”, e achar que os novos ministros serão efetivamente fiéis à orientação do presidente da República.

— Eu fui à posse dos dois ministros e saí com o sentimento de que eles estão afinados com o presidente da República e acolherão a orientação dele. Acho que eles corresponderão à política do presidente. Esta é a minha expectativa — afirmou o presidente do Senado.



Jader Barbalho afirma que definição das comissões não prejudicará a base do governo



José Coelho (à esquerda), com Bernardo Cabral e Edison Lobão, ao tomar posse no Senado

José Coelho assume cadeira de senador por Pernambuco

O Senado deu posse ontem ao novo senador por Pernambuco, José de Souza Coelho, que passa a ocupar a cadeira do senador José Jorge (PFL-PE), licenciado para exercer o cargo de ministro de Minas e Energia. José Coelho integrará a bancada do PFL.

Depois de conduzido ao plenário pelos senadores Tasso Rosado (PMDB-RN) e Bernardo Cabral (PFL-AM), o novo senador prestou juramento, comprometendo-se a guardar a Constituição e as leis, exercer seu mandato com lealdade a seus eleitores e trabalhar pelo engrandecimento e independência do Brasil.

Mostra de fotos inaugura Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima

Uma exposição de fotografias em preto e branco dos alunos de Comunicação Social do Centro Universitário de Brasília (Ceub), retratando o cotidiano do povo brasileiro, abriu na manhã de ontem o Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima, no Senado Federal. A exposição é coordenada pelo professor Paulo Roberto da Fonseca e faz parte das comemorações pelos 500 anos de descobrimento do Brasil. Outra exposição de

fotografias, *Brasília em Construção*, está aberta na Senado Galeria e conta com registros fotográficos das obras de construção da capital.

O Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima foi idealizado pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Ivandro também foi senador pelo estado da Paraíba, de 1977 a 1983, pelo antigo Movimento Democrático Brasileiro, e deputado federal de 1991 a 1999.

Livro sobre o processo legislativo lançado na Biblioteca do Senado

Com a presença do 1º vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), foi lançado ontem, na Biblioteca do Senado, o livro *Prática do Processo Legislativo – Jogo Parlamentar, Fluxos do Poder e Ideias no Congresso, Exemplos e Momentos Comentados*, de autoria da diretora da Subsecretaria de Ata, Márcia Maria Corrêa de Azevedo.

A obra trata, com detalhes, da vida

parlamentar na prática, abordando temas importantes do processo político, tais como os fluxos de poder, de idéias, o papel do cidadão e da sociedade civil, além da legitimidade do lobby e da ética político-parlamentar no jogo parlamentar.

Na oportunidade, o senador Edison Lobão destacou a importância e a competência da assessoria do Senado, que ajuda os senadores a

Painel assinala hoje o Dia do Bibliotecário

O Senado Federal comemora hoje o Dia do Bibliotecário, com a realização do painel *O Impacto da Sociedade da Informação Eletrônica nas Bibliotecas*. O evento é promovido pela Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, o Information Resource Center da Embaixada Americana e o Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen). O painel será realizado no auditório do Prodasen, às 10h.

compreenderem melhor o processo legislativo. “O Senado é uma usina de valores, com um corpo de assessores extraordinário”, frisou.

Estiveram presentes à solenidade senadores, deputados, ex-parlamentares, diretores e funcionários do Senado. O vice-presidente da República, Marco Maciel, foi representado pela assessora Sara Figueiredo, funcionária da Casa.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

10h — Preside sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher. *Plenário do Senado*
12h30 — Reunião de líderes
14h30 — Recebe o ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes

PLENÁRIO

10h — Sessão solene do Congresso Nacional em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. *Plenário do Senado*
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Comparecimento, em plenário, do Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, em cumprimento ao Requerimento nº 7/2001, de autoria do senador Osmar Dias, aprovado no dia 6 de fevereiro, a fim de prestar informações sobre o embargo comercial adotado pelo Canadá, Estados Unidos e México contra o rebanho bovino nacional.

COMISSÃO

10h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar — reunião destinada a ouvir os jornalistas Andrei Meireles, Mino Pedrosa e Mário Simas Filho, da revista *IstoÉ*, os procuradores da República Luiz Francisco de Souza, Eliana Torelly e Guilherme Schelb, e o senador Antonio Carlos Magalhães, nos autos da Denúncia nº 1/2001, e de seu aditamento. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Divã*, de Jean-Jacques Beineix. *Auditório Patrônio Portella*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 25/98, institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; PLS nº 113/2000-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada; PDL nº 18/1999, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 115/1996, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Rondonópolis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rondonópolis (MS); PDL nº 1/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Patense de Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas (MG); PDL nº 158/2000, aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Iporã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iporã (PR); PDL nº 202/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília (DF); e Requerimento nº 18/2001, solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 664 e 688, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira
9h — Sessão não-deliberativa

COMISSÃO

Quinta-feira
10h — CPI do Futebol
Pauta: Depoimento do presidente do Conselho Fiscal do Flamengo, Roberto Abbranches, e do ex-conselheiro do Flamengo Paulo César Ferreira. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

TCU tem dificuldade para fiscalizar obras públicas

“Carecemos de pessoal especializado e de tecnologia adequada”, afirma Humberto Souto, ao revelar que o tribunal não tem condições de atestar se as construções são de boa qualidade e se os custos são os mais favoráveis

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, reconheceu ontem, em reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que o órgão enfrenta sérias dificuldades para fiscalizar o andamento das obras públicas. Souto revelou que o tribunal não tem condições, por exemplo, de atestar se as obras inauguradas são de boa qualidade e se os custos — quando estipulados de forma legal — são os mais favoráveis ao Estado.

— Carecemos de pessoal especializado e de tecnologia adequada — argumentou o presidente do TCU, que pediu o apoio dos parlamentares para os pedidos de verba do tribunal, que é órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Durante o debate com os membros da Comissão de Orçamento, Humberto Souto ouviu várias reclamações sobre obras — especialmente rodovias — que apresentaram problemas depois de entregues ao público. O ministro explicou que o TCU não examina editais de licitação, a não ser depois que a obra já oficialmente iniciada é objeto de investigação, o que ocorre sempre por de-

terminação do Congresso. Verificação de atraso no cronograma, desvio de verbas ou superfaturamento, o TCU pode tomar várias providências, como o cancelamento do contrato, a correção dos valores ou a aplicação de multas aos responsáveis por prejuízos ao erário.

O senador Tião Viana (PT-AC) queixou-se de que as obras da rodovia bioceânica — que liga o Brasil ao Oceano Pacífico, passando pelo Peru — estão atrasadas, já que foram constatadas irregularidades em alguns trechos. Diante desses problemas localizados, o tribunal recomendou à comissão proibir a liberação de verbas para continuar a construção da estrada. Tião Viana acha que o atual governo do Acre não pode ser prejudicado por erros cometidos em administrações passadas. Souto prometeu examinar o caso, mas observou que quando a irregularidade é localizada, a obra como um todo pode seguir, enquanto se resolvem pendências específicas. O mesmo não acontece quando a obra inteira “está contaminada”.

Apesar das dificuldades, Souto disse que, nos últimos três anos, o tri-

bunal julgou mais de 7.450 tomadas e prestações de contas, realizou mais de 2.200 auditorias e inspeções e investigou mais de 1.720 denúncias. No mesmo período, foram efetuadas 440 fiscalizações em obras, no valor de R\$ 7,9 bilhões, levando ao bloqueio de verbas para mais de 120 empreendimentos. Para 2001, a meta é realizar auditorias em cerca de 320 obras.

O presidente do TCU informou que o órgão ainda não tem como fiscalizar a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, dada a complexidade daquele texto e as interpretações divergentes que tem recebido. Os técnicos e ministros do tribunal estão se reunindo com técnicos do Congresso para chegarem a um entendimento comum sobre como os diversos níveis da administração pública devem proceder para cumprir a nova lei, que estabeleceu severas restrições ao gasto público. Quanto à lei que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), Souto disse que foi “pessimamente redigida”, principalmente no que se refere ao cálculo dos custos por aluno para o fundo.



Humberto Souto (E) fala na Comissão de Orçamento, presidida pelo deputado Alberto Goldman

Mulheres marcam sua atuação no Congresso

O Congresso Nacional, que realiza hoje, às 10 horas, sessão especial em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, tem 35 deputadas federais e cinco senadoras. Juntas, são autoras de 400 projetos de lei em tramitação nas duas Casas. Em geral, são projetos ligados às áreas social e educacional, a questões ambientais e de apoio às minorias e contra discriminações. Segundo pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a atuação das mulheres latino-americanas nos governos é voltada para questões sociais.

A senadora Marina Silva (PT-AC), conhecida por sua atuação em defesa da preservação da floresta amazônica, apresentou vários projetos na área ambiental, entre eles o que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigam, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. Também da região amazônica, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) apresentou projeto que incentiva meios de comunicação social, meios de transportes e outras empresas a publicar fotos de crianças e adolescentes desaparecidos ou seqüestrados.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) propôs uma alteração na Lei de Licitações, permitindo o uso da Internet no processo licitatório. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou projeto convocando plebisci-

to nacional sobre a privatização das usinas hidrelétricas.

Por sua vez, a senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS) apresentou projeto propondo a redução da taxa de instalação e de funcionamento das empresas de radiodifusão educativa, que não poderá exceder a 20% dos valores estabelecidos para as emissoras comerciais. A proposta atende a reivindicações das emissoras universitárias e comunitárias.

Os projetos que defendem as mulheres não são exclusivos da bancada feminina. Na semana passada, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentou no plenário do Senado projeto estabelecendo que, nos programas de iniciativa do poder público destinados à produção e distribuição de moradias, o título de transferência de posse e de domínio será conferido preferencialmente à mulher, independentemente de seu estado civil.

De acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cefemea), as principais conquistas da bancada feminina no Congresso Nacional nos últimos anos são a lei que estabelece cota mínima e máxima por sexo (30% e 70%) para candidatos a câmaras municipais, assembleias legislativas e Câmara Federal; a que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a promover a reparação da mama, por cirurgia plástica, nos casos de tratamento de câncer; e a emenda constitucional que garantiu às trabalhadoras rurais licença-gestante.



Ex-presidente do Vasco depõe e autoriza CPI a quebrar seu sigilo

O ex-presidente do Vasco da Gama Antônio Soares Calçada foi um dirigente desinformado, na opinião do relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). “Ou Calçada se deixou envolver por terceiros ou tinha comprometimento em uma série de irregularidades cometidas em sua última gestão”, afirmou Althoff, após audiência de mais de três horas de duração em que Calçada respondeu a questionamentos sobre seus 18 anos como presidente do clube. Geraldo Althoff perguntou a Calçada quem mandava no Vasco na gestão em que tantas irregularidades foram constatadas. “Eurico Miranda tinha autonomia total para mandar no departamento de futebol. De resto, a diretoria reunia-se semanalmente para tomar decisões”, afirmou Antônio Soares Calçada, que autorizou a CPI a quebrar seu sigilo bancário e fiscal.

Entre as irregularidades, está o depósito de R\$ 2,03 milhões na conta do responsável pelo departamento



Antônio Soares Calçada (D) depõe na CPI, presidida por Álvaro Dias (C) e relatada por Geraldo Althoff

de futebol amador do clube, Aremitas José de Lima. De acordo com Calçada, os recursos foram depositados na conta do funcionário pela Vasco Licenciamentos — empresa contratada para tratar da imagem do Vasco — para pagamento da alimentação de 130 jovens atletas do clube que moram em São Januário, uma vez que as contas do clube estavam bloqueadas pela Justiça para pagamento de dívida junto à Portuguesa.

Outro problema encontrado por Althoff no período foi um cheque no valor de US\$ 110 mil, pagos em dezembro de 1998 pela Confedera-

ção Sul-Americana de Futebol pela participação do Vasco da Gama na Copa Toyota no Japão e endossado pelo vice-presidente do clube, o deputado Eurico Miranda. Calçada garantiu que os recursos foram

usados para pagar a permanência da delegação vascaína de futebol no Japão para a disputa da copa.

O ex-presidente do Vasco da Gama insistiu em negar veracidade a quatro documentos em poder da CPI comprovando o envio total de R\$ 12,5 milhões para o Banco Liberal de Nassau, nas Bahamas. Calçada repetiu diversas vezes que o Vasco não tem conta no exterior e que os recursos não foram enviados para paraísos fiscais. Segundo ele, o valor era para pagar negociações envolvendo os jogadores Donizeti, Guilherme e Luizão.

CONFLITO BRASIL - CANADÁ

Celso Lafer diz que impasse ainda não terminou

Embora o boicote à importação de carne bovina nacional tenha sido suspenso, os problemas comerciais entre o Brasil e o Canadá ainda não estão resolvidos, afirmou ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, ao participar de mais de quatro horas de debate com os senadores a respeito do tema.

Ao final da reunião, o presidente do Senado Federal,

Jader Barbalho, informou que será instalada comissão na Casa para acompanhar as relações bilaterais, especialmente as comerciais, entre os dois países. A partir das 14h30 de hoje, o ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, estará no plenário do Senado para falar sobre o assunto.

“Estamos longe de resolver nossas divergências”, afirma chanceler brasileiro

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, traçou um panorama pouco otimista das perspectivas do relacionamento comercial entre o Brasil e o Canadá, durante exposição feita ao Plenário do Senado na tarde de ontem. Embora tenha registrado o fim da proibição da importação de carne bovina brasileira, no final de fevereiro, ele recordou que permanece o impasse nas negociações junto à Organização Mundial de Comércio (OMC) sobre os programas dos dois países de estímulo às exportações de aviões.

— É forçoso reconhecer que a revogação da proibição referente à carne bovina está longe de resolver nossas divergências. Subsiste o desgastante contencioso comercial da indústria aeronáutica, hoje de volta à OMC e sem solução à vista — afirmou Lafer em exposição inicial aos senadores, à qual seguiram-se mais de três horas de debate sobre o tema.

De acordo com o ministro, o governo brasileiro soube da intenção canadense de suspender as importações de carne, a pretexto de evitar o “risco teórico” de contaminação do rebanho pela doença da vaca louca, por meio de informação transmitida reservadamente à embaixada do Brasil em Washington pelo Departamento de Estado norte-americano, no dia 31 de janeiro.

A embaixada brasileira em Ottawa solicitou então informações ao governo canadense, que confirmou a intenção de suspender as importações, uma vez que o Brasil não teria respondido a um questionário técnico enviado em junho de 2000 ao Ministério da Agricultura, o qual assegurou nunca ter recebido o questionário. Mesmo depois do compromisso brasileiro de enviar uma

resposta em 48 horas, o governo canadense decidiu publicar a proibição da importação no dia 2 de fevereiro.

DISPUTA

A visita ao país de uma missão composta por técnicos dos Estados Unidos e do México, lembrou o ministro, permitiu pôr fim ao embargo. Na sua opinião, porém, permaneceu a impressão de que o episódio estava ligado à disputa comercial entre as empresas Embraer e Bombardier.

— Durante as três semanas em que perdurou a proibição, o governo canadense negou terminantemente que ela tivesse qualquer relação com o contencioso aeronáutico, mas a imprensa canadense publicou várias reportagens que atribuíam a medida a questões de natureza comercial e não sanitária — observou Lafer.

A respeito da disputa entre os dois países sobre os programas de exportações de aviões, o ministro confirmou o pedido, apresentado segunda-feira pelo governo brasileiro, de um *panel* na OMC contra o Canadá. A iniciativa ocorreu logo após o anúncio pelo Canadá — que já tinha obtido junto à OMC o direito de impor restrições de exportações brasileiras no valor de US\$ 233 milhões por ano — de que subsidiaria a Bombardier em concorrência para fornecimento de aviões à Air Wisconsin.

A longa controvérsia, ainda sem solução à vista, foi apontada pelo ministro das Relações Exteriores como inédita nas relações internacionais. Ele disse que na OMC o contencioso ganhou visibilidade por ser o primeiro caso em que um país desenvolvido entrava numa controvérsia comercial com um país em desenvolvimento sobre o comércio de um produto de alta tecnologia.



Ao depor no plenário, Lafer ressaltou o caráter inédito da disputa travada entre os governos canadense e brasileiro

Jader Barbalho anuncia a criação de comissão especial

Ao final do depoimento do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou a criação de uma comissão especial, a ser composta por senadores e deputados, para acompanhar o desenrolar das relações bilaterais entre Brasil e Canadá, devido ao contencioso envolvendo a Embraer e a exportação de carne brasileira.

Jader destacou que o ministro Celso Lafer passou mais de quatro horas em plenário, fornecendo “informações valiosas” aos senadores, e disse esperar contar com o apoio do Itamaraty para que a comissão especial atinja seus objetivos. O presidente cumprimentou o ministro, os senadores e, em especial, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) — autor do requerimento de convocação de Lafer — pela “oportunidade rara” de poder discutir e esclarecer diversos aspectos da política internacional brasileira e do contencioso entre Brasil e Canadá.



Jader disse contar com o apoio do Itamaraty para que a comissão atinja seus objetivos

Para Arruda, o Brasil mostrou firmeza ao enfrentar a crise

Durante a sessão plenária que ouviu o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) manifestou “a enorme satisfação” de receber no Senado o chanceler. Além



Arruda elogiou a clareza da exposição de Lafer

de parabenizar o ministro pela clareza do seu discurso, o parlamentar disse que tanto Lafer quanto o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, “demonstraram equilíbrio e firmeza ao defender a posição do Brasil”. Arruda acrescentou que foi só graças à atuação dos dois ministros que os interesses e os direitos dos produtores nacionais foram respeitados.

CONFLITO BRASIL - CANADÁ



Hartung sugere acompanhamento das negociações em relação à Alca

Paulo Hartung foi quem requereu a convocação do ministro ao Senado

O senador Paulo Hartung (PPS-ES), autor do requerimento de convite ao ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, apresentou requerimento propondo a criação de uma comissão especial de parlamentares com o objetivo de acompanhar as negociações relativas à participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O senador questionou o ministro sobre a possibilidade de o Brasil ter cometido um erro, ao ter concordado com a inclusão de uma cláusula no acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) que dispõe sobre a equalização de crédito, que acabou prejudicando o país no contencioso entre a Embraer e a empresa canadense Bombardier. Segundo ele, essa cláusula restringe a exportação brasileira a produtos com baixo valor agregado e sem tecnologia de ponta.

O ministro Celso Lafer reconheceu as deficiências do governo e do próprio Itamaraty diante da complexidade das negociações em torno de blocos econômicos e acordos internacionais.

— Quando se iniciou a Rodada Uruguai da OMC, o Brasil não estava exportando aviões e não se deu conta daquela nota de rodapé — revelou Lafer.

Ele explicou que a Rodada Uruguai, por

exemplo, é um conjunto de regras tão volumoso e complexo quanto o Código Civil brasileiro, e acrescentou que o Brasil vai trabalhar pelas mudanças necessárias.

Lafer disse ainda que tem sido sua intenção, desde o primeiro momento à frente do ministério, adensar a competência dos quadros diplomáticos na área econômica e buscar uma participação mais ativa do empresário diante dos aspectos técnicos do comércio exterior.

Em relação ao Mercosul, Lafer relatou que, durante o conflito com o Canadá em torno do mal da vaca louca, manteve conversas reservadas e “muito construtivas” com os demais países do bloco latino-americano, onde encontrou “plena simpatia e respaldo”. Segundo o ministro, os países do Mercosul são parceiros com conhecimento dos riscos que têm pela frente. “Eles teriam nos ajudado se tivéssemos solicitado”, assinalou.

Lafer disse também que o Brasil não se pode furtar ao exame dos riscos e das oportunidades ao participar da Alca. “Não podemos ignorar que mais de 50% das nossas exportações, compostas de 70% de produtos manufaturados, são destinadas aos países que formam a Alca”, afirmou. Ele ressaltou que a negociação sobre a inclusão do Brasil na Alca deverá obedecer ao interesse nacional, que será definido por uma interação entre o Executivo, o Congresso Nacional e as entidades da sociedade civil organizada.

já tomou medidas contra suspeitas de triangulação, obteve bons resultados na negociação com a Argentina e aproxima-se do mesmo êxito com o Uruguai. Ele observou que, no setor da agricultura, os subsídios à produção interna de alguns países desenvolvidos representa um fator tão prejudicial às exportações brasileiras quanto as facilidades excessivas de crédito que eles concedem às suas empresas exportadoras.

Celso Lafer reconheceu que os subsídios dados pelos países europeus e pelos Estados Unidos à sua produção agrícola têm “potencial para deslocar posições de mercado”. Segundo o ministro, o Brasil está alerta para esses riscos, a fim de identificar pontos de estrangulamento no comércio de laticínios, consciente de que “o mais importante não é o que se vê, mas o que se esconde debaixo do pano”.



Arlindo protesta contra subsídios agrícolas das nações mais ricas

Arlindo foi apoiado por Lafer ao condenar os subsídios europeus e norte-americanos

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) manifestou preocupação com as exportações brasileiras de leite e derivados, que não conseguem deslanchar em função dos elevados subsídios adotados em países da União Européia e nos Estados Unidos. Outro problema que ele apontou é a suspeita de prática da triangulação. Ou seja, a produção procedente de um país é negociada como se fosse de outro, para permitir a exportação a tarifas aduaneiras mais baixas, explicou o senador durante o debate com o ministro Celso Lafer.

Lafer afirmou que a diplomacia brasileira



Cabral aborda comportamento do governo em foros internacionais

Bernardo Cabral também quis saber como estão as negociações relativas à Alca

A atuação do governo brasileiro em foros como a Organização Mundial do Comércio (OMC) foi uma das questões levantadas pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). Ao tratar do tema, o ministro Celso Lafer afirmou que o governo tem sido bem-sucedido na missão de defender os interesses nacionais. Entre as vitórias que o Brasil acumula em disputas travadas na OMC, ele destacou o caso em que, unido à Venezuela, o Brasil rejeitou as normas de proteção ambiental que prejudicavam as exportações de petróleo dos

pela globalização, a OMC é a “expressão do multilateralismo”. A organização, disse, tem por objetivo reger leis que colocam países de dimensões territoriais e econômicas diferentes em condições de igualdade.

A pedido de Cabral, o ministro comentou a ação do Itamaraty nas negociações para criar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Lafer afirmou que o comitê de negociadores inclui integrantes do governo e da sociedade civil, além de estar aberto a sugestões de organizações não-governamentais.



Ademir teme que os créditos à Embraer possam causar prejuízos ao país

Ademir Andrade acredita que pode haver exageros nos subsídios à Embraer

Em seu depoimento, Celso Lafer assegurou que as regras do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), que beneficia a Embraer, estão de acordo com normas internacionais, que limitam a concessão de crédito a 85% do valor do contrato e fixam prazo de financiamento entre cinco e dez anos. Ele disse que “está errada” a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) favorável ao Canadá e à empresa Bombardier no caso dos subsídios à fabricação de aviões.

O ministro fez a afirmação ao responder a uma pergunta do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que quis saber sua avaliação sobre

a decisão do governo canadense de retaliar produtos brasileiros, em resposta a possíveis subsídios que o país daria à Embraer para a fabricação de aeronaves, com prejuízo para a canadense Bombardier.

Ademir disse temer que os subsídios que o Proex estaria dando à Embraer, principal motivo das reclamações do Canadá para com o Brasil nos últimos cinco anos, venham a prejudicar o país. Ele manifestou sua preocupação ainda com possíveis exageros do governo na concessão de subsídios a empresas e a banqueiros, citando também o caso do Proer. E alertou para a possibilidade de outros países questionarem o programa junto à OMC.

— O Proex é um instrumento de crédito adequado para o estímulo às exportações, compatível com aquilo que existe no plano internacional — sustentou Celso Lafer.



Osmar pergunta que danos foram causados à imagem externa do Brasil

Osmar Dias sugere a criação de adido comercial nas embaixadas brasileiras

O ministro das Relações Exteriores garantiu que o consumo de carne bovina brasileira no Canadá está sendo regularizado. A informação foi dada em resposta ao senador Osmar Dias (PSDB-PR), que havia baseado sua indagação em notícia da Agência Estado de que aquele país não está comprando carne brasileira por razões burocráticas. O ministro divulgou telegrama re-

cebido do embaixador brasileiro no Canadá, Henrique Valle, esclarecendo que a carne brasileira está retornando ao mercado canadense no setor de varejo.

Osmar perguntou ainda quais os danos que o episódio causou à imagem do Brasil no exterior. O ministro reconheceu que é uma tarefa difícil para o governo melhorar a imagem do país depois desse incidente, mas garantiu que, junto com os produtores, está empenhado em enfrentar esse desafio. O senador propôs que o governo crie nas embaixadas a figura do adido comercial para atuar em situações como esta.

CONFLITO BRASIL - CANADÁ



Suplicy pergunta sobre limites para manifestação pública dos diplomatas

Suplicy questionou Lafer quanto à realização de plebiscito para votar adesão à Alca

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou Celso Lafer sobre a circular que regulamentou a manifestação pública de diplomatas. E perguntou se serão punidos os diplomatas que venham a expressar opiniões diferentes das do ministro. Lafer disse que a circular apenas regulamenta uma circular anterior, que, por sua vez, deriva de uma lei: "Ela não tem nada de entulho autoritário, não é ilegal e nem fere a liberdade de expressão".

O ministro explicou que o diplomata é um agente de Estado e, por escolha pessoal, assumiu os ônus e as responsabilidades da carreira. "É necessária a disciplina da palavra, que está sujeita à regra do interesse público. Quem escolheu ser um escafandrista não pode, de-

pois, reclamar de claustrofobia", afirmou. Ele comparou a situação do Itamaraty à do Banco Central (BC), que também tem regras rígidas quanto a manifestações públicas de seus diretores. "A transparência é necessária, mas as opiniões pessoais requerem esse cuidado", acentuou.

Suplicy perguntou se não seria o caso de submeter a um plebiscito a decisão de integrar ou não o Brasil à Alca, a exemplo do que fez a Suíça em relação à inclusão daquele país na União Européia. Lafer respondeu que a democracia suíça envolve o uso amplo do referendo popular, tanto para decisões de grande magnitude quanto para as mais simples, o que não é tradição no Brasil.

Suplicy anunciou a realização, no Senado, do seminário *Dolarização X Pluralismo nas Américas: A Controvérsia Vista do Brasil*, em 22 de março, pedindo ao ministro que envie um representante para participar do evento.



Suassuna defende posição firme na polêmica dos remédios contra Aids

Suassuna quer usar o porta-aviões Minas Gerais para divulgar produtos brasileiros

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) demonstrou preocupação com a balança comercial brasileira e quis ouvir o ministro Celso Lafer sobre a questão dos medicamentos usados para tratamento da Aids. Suassuna defendeu a tomada de uma posição firme, pelo Brasil, junto à Organização Mundial do Comércio quanto à licença compulsória – prevista pela lei brasileira de propriedade intelectual – das fórmulas do coquetel anti-Aids. Os

EUA abriram investigação na OMC exigindo pagamento de royalties pela venda dos remédios. Lafer disse que considera compatível o acordo internacional sobre a propriedade intelectual, assinado pelo país, e a lei brasileira. E saudou Suassuna pela preocupação com as exportações. O senador pediu apoio à ideia de transformar o porta-aviões Minas Gerais, prestes a ser desativado, em feira permanente de produtos brasileiros a transitar em portos de todo o mundo. Com relação a genéricos comprados do Canadá, que, segundo Suassuna, poderiam ser adquiridos junto à indústria nacional, Lafer prometeu buscar maiores informações.



Alcântara quer saber se o país pode ser ressarcido pelos danos causados por embargo

Lúcio Alcântara questionou Lafer sobre o preparo da burocracia brasileira

Em resposta ao senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o ministro Celso Lafer elogiou a estrutura do Itamaraty. Para ele, o Itamaraty representa "uma das melhores burocracias de que o país dispõe". O ministro salientou que a representação brasileira conta com expressiva memória institucional, um arquivo excelente e um sistema de processamento de dados eficiente, "o que é um ingrediente indispensável

em qualquer processo negociador". Lembrando o caso da doença da vaca louca, em que o Canadá embargou a carne bovina brasileira, Lúcio Alcântara havia questionado o ministro sobre a capacidade e o preparo da burocracia brasileira para enfrentar os embates internacionais próprios de uma economia globalizada.

Para Lúcio Alcântara, é importante saber se o país tem condições de reaver esse prejuízo. De acordo com o ministro, do ponto de vista jurídico, no plano internacional, é complexa a cobrança dos danos morais e financeiros que o episódio acarretou ao país.



Lafer diz a Saturnino que Proex não passa de compensação para o "risco Brasil"

Roberto Saturnino pediu explicações com relação ao funcionamento do Proex

Ao ser questionado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) sobre como funciona o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), Celso Lafer disse que o principal contencioso com o Canadá na Organização Mundial do Comércio (OMC) relaciona-se à equalização dos juros. Ele explicou que uma empresa internacional com acesso a financiamentos internacionais com juros bem mais baixos que os praticados no Brasil e sediada em economias mais estáveis obviamente leva vantagem sobre as empresas nacionais.

– A Embraer é uma empresa que tem

desenvolver as exportações brasileiras, fazendo uma rápida explanação sobre como um produto nacional deixa a fábrica e chega ao mercado consumidor internacional, depois de passar por uma série de análises e estudos por técnicos do governo para receber o financiamento e ter avaliada sua viabilidade no mercado externo. O ministro prometeu encaminhar a Saturnino maiores informações sobre como funciona o Proex, dado o exíguo tempo de que dispunha na tribuna e a complexidade do assunto.



Para Jefferson, Alca poderá ser "fatal" se não for precedida de certas medidas

Jefferson apelou para que Zona Franca de Manaus não seja esquecida em negociações

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) manifestou preocupação sobre a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). E perguntou se o governo brasileiro considera outras alternativas, como maior aproximação com os países europeus e asiáticos ou até mesmo a possibilidade de permanecer comercialmente sozinho no mundo. Para Jefferson, a adesão à Alca será "fatal para o Brasil" se antes não estiverem resolvidos problemas como legislação anti-dumping, subsídios à agricultura e barreiras não-tarifárias.

Lafer concordou que o Brasil deve estudar um "plano B", no caso de a opção Alca mostrar-se inviável. "Para ser uma alternativa válida, deve ser elaborada com a participação do Congresso, do mundo acadêmico e de outros setores sociais." Jefferson apelou pela inclusão na pauta de discussão da Alca o respeito aos legítimos interesses regionais do Brasil, como a Zona Franca de Manaus. "A Alca pode ser uma oportunidade de ouro para expandir sua produção, mas a Suframa corre o risco de sucumbir, por não suportar a concorrência", afirmou.

– Os interesses brasileiros incluem os legítimos interesses regionais, que estão, permanentemente, no horizonte de minha preocupação – respondeu Lafer.



Heloísa acredita que boicote deixou claros os efeitos negativos da globalização

Segundo Heloísa, o embargo canadense popularizou o debate da globalização

Durante a exposição do ministro das Relações Exteriores sobre o embargo do Canadá à carne brasileira, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que "a arrogância daquele país possibilitou a popularização da discussão sobre os efeitos maléficos da globalização". A senadora disse que em vários outros casos, como a questão do coco, do leite e do aço, o governo manteve silêncio sobre as negociações. Apesar de Lafer concordar com a senadora a respeito da

popularização do tema que o incidente ocasionou, ele ponderou que o caso do boicote ao gado brasileiro veio à tona em função do fato de o produto possuir maior apelo popular do que os cita-

dos por Heloísa Helena.

Sobre quais as articulações que os países da América Latina vêm realizando para a reunião da Alca, o ministro respondeu à senadora que haverá uma reunião de ministros de Comércio Exterior, em Buenos Aires, em abril, para a preparação dos debates. Lafer informou que já houve uma reunião em Lima, onde se comprovou que há mais dúvidas do que consenso entre os grupos participantes.

CONFLITO BRASIL - CANADÁ



Napoleão cobra medidas jurídicas para compensar prejuízos brasileiros

Hugo Napoleão afirmou que o Canadá "deixa a desejar em matéria de política"

O ministro das Relações Exteriores anunciou, no depoimento ao Senado, que uma missão diplomática brasileira está em Genebra para comparecer a uma reunião do comitê fitossanitário da Organização Mundial do Comércio (OMC). No encontro, que ocorrerá hoje, segundo informou o ministro, será discutida a necessidade de se criarem "procedimentos de notificação" que ajudariam a evitar situações como a enfrentada há pouco pelo Brasil. Celso Lafer respondia a uma pergunta do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) sobre as medidas jurídicas que serão tomadas pelo Brasil para compensar os prejuízos causados pelo Canadá com o boicote à carne bra-

sileira.

Napoleão afirmou que o Canadá "deixa a desejar em matéria de política". O país, em sua opinião, teria questões mais importantes sobre as quais se debruçar, já que enfrenta há décadas

problemas relacionados com o equilíbrio federativo. Napoleão argumentou ainda que no último plebiscito, realizado em 1995, uma parcela significativa da população canadense foi favorável à divisão do país.

Lafer disse, ainda, que ficou satisfeito com posição da imprensa canadense no episódio do boicote. Os jornais do país, lembrou o ministro, foram unânimes em afirmar que existia uma relação entre o contencioso envolvendo a Embraer e a Bombardier e o boicote à carne bovina brasileira. Lafer comparou o comportamento dos meios de comunicação canadenses com a saudável "revolta" que verificou na opinião pública brasileira.



Pedro Piva é contra subsídio oficial, mas pede proteção ao produto brasileiro

Pedro Piva observou que os EUA são o país mais protecionista do mundo

O ministro Celso Lafer, no depoimento sobre a posição da diplomacia brasileira diante do embargo canadense à carne bovina brasileira, disse que assumiria o compromisso de resistir à antecipação da reu-

subsidio do governo, o senador manifestou sua opinião de que o país deve proteger os produtos brasileiros e afirmou que os Estados Unidos são o país mais protecionista do mundo. Ele declarou também que concordava com o senador Pedro Piva (PSDB-SP), que defendeu uma isonomia competitiva entre os países. Apesar de ser contra qualquer



Maldaner propõe a criação de cargos de adidos agrícolas junto a importadores

Maldaner quer esforço de promoção comercial dos produtos brasileiros

Ao participar do debate com o ministro Celso Lafer, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que o quadro das embaixadas brasileiras é pequeno diante das crescentes necessidades de promoção comercial do país e propôs a criação de postos de adidos agrícolas nas capitais dos principais parceiros comerciais do Brasil.

antes de ficar patente que a doença não existia no país.

Celso Lafer aprovou a idéia de ter representantes agrícolas nas embaixadas e concordou que, atrás desses episódios fitossanitários envolvendo comércio internacional, se escondem componentes protecionistas e de barreiras não-tarifárias.

Casildo Maldaner disse que o episódio da vaca louca o fez lembrar o problema da peste africana nos anos 1977/78, quando muitas matrizes foram exterminadas nos estados do sul do Brasil



Simon prevê fim do Mercosul se o Brasil se submeter aos EUA e aderir à Alca

"A Alca é um grande absurdo, uma crueldade dos EUA", alerta Pedro Simon

No depoimento do ministro Celso Lafer ao Senado, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou sua posição contrária ao ingresso imediato do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Ele defendeu a necessidade de o país antes procurar consolidar o Mercosul. "Lamentavelmente, as pressões americanas sobre o Brasil têm sido terríveis, mas a Alca é um grande absurdo, uma crueldade dos Estados Unidos. Se nosso país se submeter, na prática será o fim do Mercosul", afirmou Pedro Simon.

"Reafirmei aos americanos que nosso país só poderia ingressar na Alca se ela respondesse aos nossos interesses", disse o ministro.

Pedro Simon cobrou ainda uma maior participação do Senado, em particular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no debate das questões internacionais que dizem respeito ao Brasil. "Não podemos resumir nosso papel a chancelar, dar carimbo em cima de candidato a embaixador ou em protocolos e tratados assinados pelo governo", opinou o senador.

Lafer falou sobre a importância do Mercosul para o Brasil e lembrou que, em visita aos Estados Unidos, declarou que o mercado econômico que une os países do Cone Sul é um destino para a região, e não uma opção.

Acesso à moradia é tema da TV Senado

O acesso à moradia é o assunto do programa *Entrevista* de hoje na TV Senado. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fala do projeto de lei de sua autoria que dá às mulheres preferência na distribuição de casas populares e na concessão de título de posse de terra. O senador justifica a iniciativa por entender que a condição de mãe faz com que a mulher necessite mais de uma casa para morar com os filhos do que os homens. O *Entrevista* é exibido às 3h30, 7h30 e 20h30.

O programa *Cidadania* recebe o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e o presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Wilson Lang, para uma conversa sobre o problema da acessibilidade para os deficientes físicos. A falta de estrutura das cidades brasileiras para facilitar a locomoção do deficiente e a lei aprovada pelo Congresso que obriga adaptações nos pré-

dios públicos são algumas das questões abordadas pelos convidados. Eles lembram que há tecnologia e mobilização social suficientes para corrigir o problema, mas acreditam que falta vontade política por parte do governo em tratá-lo com prioridade. O *Cidadania* vai ao ar às 6h30 e 19h30.

Às 9h30 e 18h30, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) aborda no programa *Entrevista* a questão dos presídios brasileiros. No caso do presídio do Carandiru, em São Paulo, o senador defende a instalação de sistemas eletrônicos de segurança e novas regras para as visitas, entre outras idéias para melhorar o controle sobre os presos e evitar conflitos como os que lá se repetem. O senador acredita também que a privatização dos presídios pode ser uma das soluções para o problema do sistema penitenciário brasileiro.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - *As Cores do Brasil* - Espírito Santo
6h30 - *Cidadania* - Sen. Geraldo Althoff e o presidente do Confea, Wilson Lang, falam sobre a acessibilidade para os deficientes físicos
7h30 - *Entrevista* - Sen. Mauro Miranda fala sobre o acesso à moradia
8h - *Jornal do Senado* - O resumo das notícias do dia
8h30 - *Saúde/Unip* - As emoções do coração - parte 2
9h - *As Cores do Brasil* - Ceará
9h30 - *Entrevista* - Sen. Alberto Silva fala sobre a reforma do sistema penitenciário
10h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional - Homenagem ao Dia Internacional da Mulher (ao vivo)
Logo após - Reunião do Conselho de Ética - Ouve jornalistas da revista *IstoÉ* sobre fita com gravação da fala do senador Antonio Carlos Magalhães com os procuradores
14h30 - Sessão Plenária - Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, presta esclarecimentos sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, medida seguida pelo México e Estados Unidos da América (ao vivo)
18h30 - *Entrevista* - Sen. Alberto Silva fala sobre a reforma do sistema penitenciário
19h - *As Cores do Brasil* - Camboriú
19h30 - *Cidadania* - Sen. Geraldo Althoff e o presidente do Confea,

Wilson Lang, falam sobre a acessibilidade para os deficientes físicos
20h30 - *Entrevista* - Sen. Mauro Miranda fala sobre o acesso à moradia
21h - *Jornal do Senado* - O resumo das notícias do dia
21h30 - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - *Agenda Senado*
Em seguida - Música e informação
10h - Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - *A Voz do Brasil*
Em seguida - Música e informação
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste
Em seguida - Música e informação
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida - Música e informação
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Procuradores e jornalistas depõem no Conselho de Ética

Órgão presidido por Ramez Tebet inicia hoje as investigações sobre a suposta violação do painel eletrônico de votação do Senado e quebra de decoro parlamentar por parte do ex-presidente da Casa

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado reúne-se hoje, às 10h, para ouvir os procuradores da República Luiz Francisco de Souza, Eliana Torelly e Guilherme Schelb e os três repórteres da Revista *IstoÉ*— Andrei Meireles, Mino Pedrosa e Mário Simas Filho — autores das reportagens sobre a conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e os procuradores.

Com a audiência, o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), pretende iniciar a apuração, dentro do colegiado, sobre se houve violação do painel eletrônico de votação do Senado e quebra de decoro parlamentar por parte do ex-presidente da Casa.

Segundo a reportagem publicada pela revista, o senador pela Bahia teria afirmado aos procuradores ter conhecimento dos votos dados pelos senadores na votação secreta que resultou na cassação

do mandato do então senador Luiz Estevão. Vários outros assuntos foram abordados na conversa entre Antonio Carlos e os integrantes do Ministério Público, mas, conforme esclareceu Tebet, o interesse do Conselho de Ética limita-se à suposta violação do painel, por implicar, caso comprovada, quebra de decoro parlamentar.

Além dos jornalistas e dos procuradores, Tebet considera importante ouvir também o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães. O senador tem a prerrogativa de definir a data em que prestará seus esclarecimentos. Outras audiências, segundo o presidente do Conselho de Ética, dependerão do relator do processo de investigação, que deverá ser designado hoje. Enquanto isso, Tebet instrui-



Ramez Tebet poderá designar hoje o relator do processo

rá a fase inicial do processo, que consta da coleta de depoimentos, conforme prerrogativa que o cargo de presidente do Conselho lhe assegura.

Além de Tebet e do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que, por ser corregedor do Senado, é membro nato, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é

integrado pelos seguintes senadores: pelo PMDB, senadores Nabor Júnior (AC), Ney Suassuna (PB), Casildo Maldaner (SC) e Amir Lando (RO); pelo PFL, Juvêncio da Fonseca (MS), Geraldo Althoff (SC), Francelino Pereira (MG) e Paulo Souto (BA); pelo PSDB, José Roberto Arruda (DF), Osmar Dias (PR) e Lúcio Alcântara (CE); e pelo Bloco Oposição, Heloísa Helena (PT-AL), Jefferson Péres (PDT-AM) e Lauro Campos (PT-DF).

CFC cancela audiência com Schelb e Torelly

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Romero Jucá (PSDB-RR), cancelou a audiência pública prevista para ontem, na qual seriam ouvidos os procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly. O motivo do cancelamento



Jucá cancelou audiência para aguardar reunião do Conselho de Ética

foi o convite aos dois membros do Ministério Público (junto com o também procurador Luiz Francis-

co de Souza) para prestarem depoimento no Conselho de Ética na manhã de hoje.

Eliana Torelly e Guilherme Schelb foram convidados a prestar esclarecimentos sobre a conversa que mantiveram com o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães.

Após o depoimento no Conselho de Ética, se os integrantes da CFC julgarem necessário, os procura-

dores poderão ser convidados a prestar esclarecimentos na comissão presidida por Jucá.

Na CFC, que recebeu todo o material reunido pela subcomissão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania encarregada de acompanhar os possíveis desdobramentos da CPI do Judiciário, a apuração está concentrada nas denúncias relativas a tráfico de influência junto à administração pública federal, que supostamente envolvem o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

Documentos sobre o painel são examinados

O presidente da comissão de inquérito que investiga a suposta violação do sigilo do painel eletrônico de votação, Dirceu Teixeira Matos, disse ontem que os trabalhos estarão, no decorrer dos próximos dias, voltados para a análise dos depoimentos e documentos recolhidos. Isso porque, acrescentou, já foram ouvidas nove pessoas relacionadas com o serviço do painel e a comissão depende também dos resultados da perícia técnica que está sendo realizada por uma equipe da Universidade de Campinas (Unicamp). Os peritos estão examinando o material co-

piado dos discos rígidos dos computadores responsáveis pela manutenção do sistema de votação.

— Entraremos agora em uma fase de maior recolhimento para estudar os indícios e possíveis conflitos nas informações que conseguimos reunir — afirmou Dirceu Matos.

SIGILO

Estão confirmados para sexta-feira os primeiros depoimentos da comissão de inquérito administrativo incumbida de apurar a eventual participação do ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Fernando Cesar Mesquita na

divulgação de dados bancários e telefônicos do então senador Luiz Estevão. A informação é do presidente do colegiado, Wilson Roberto Theodoro.

Serão ouvidos quatro funcionários do Senado que trabalharam na CPI do Judiciário, responsável pela apuração das irregularidades envolvendo o nome do senador cassado. Foi durante a CPI que os dados, protegidos por sigilo, teriam sido vazados para os meios de comunicação. Theodoro adiantou que outros depoimentos serão colhidos e que Fernando Cesar será o último a depor.

Contratos com cooperativa começam a ser analisados

Foi instalada ontem a comissão de inquérito constituída pela Mesa do Senado para analisar os contratos firmados pela Secretaria de Comunicação Social da Casa com a Cooperativa dos Trabalhadores em Comunicação do Congresso Nacional (Coopercon). A investigação foi solicitada em requerimento do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), acatado pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, e aprovado na sessão plenária de 21 de fevereiro.

Presidida pelo analista legislativo Alberto Machado Cascais Meleiro, a comissão é integrada pelos servidores Carlos Augusto Setti e José Pedro de Castro Barreto, do quadro efetivo do Senado. No prazo de 30 dias, eles pretendem apurar se existem ou não indícios de falta administrativa-funcional praticada pela administração da Coopercon.

De acordo com Alberto Machado, os trabalhos da comissão devem ser iniciados com a análise dos con-

tratos feitos entre a cooperativa e o Senado. A convocação de depoentes, acrescentou, vai depender dos fatos obtidos a partir do levantamento da documentação. “Vamos nos ater ao aspecto administrativo, pois à comissão de inquérito cabe apurar apenas a existência de possíveis indícios de irregularidade funcional”, explicou.

Caso a comissão de inquérito detecte a prática de infração funcional, a aplicação de penalidade terá de ser definida por uma comissão de processo administrativo. Na ocorrência de infração penal, as providências deverão ser solicitadas ao Ministério Público. Se forem constatados indícios de desvio de recursos públicos, deverá ser feita auditoria do Tribunal de Contas da União. Todos os passos da comissão de inquérito baseiam-se na Lei nº 8.112, de 1990, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos federais.

Comissão apura negócios de ex-representante da Bahia

Uma comissão de inquérito foi instituída esta semana pela Mesa do Senado para apurar negócios realizados com a Casa por Rubens Galerani, ex-chefe de escritório de representação do governo da Bahia em Brasília. O processo investigativo também foi aberto por iniciativa do líder do PMDB na Casa, senador Renan Calheiros (AL), que, no requerimento aprovado pelo Plenário no final de fevereiro, solicitou o acompanhamento do caso pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Ministério Público da União.

A exemplo do que ocorre com a comissão de inquérito que analisa contratos firmados entre a Secretaria de Comunicação do Senado e a Cooperativa dos Trabalhadores em Comunicação do Congresso Nacional, as sindicâncias dessa comissão têm caráter sigiloso. “Tudo vai correr com independência e os resultados poderão ser conhecidos dentro de 30 dias, com a divulgação do relatório final”, informou o analista legislativo Shalom Einstoss Granado,

presidente do colegiado.

Participam ainda da comissão de inquérito o técnico legislativo Adalberto José Carneiro Filho e o analista legislativo Rodrigo Cagiano Barbosa, ambos funcionários de carreira da Casa. O processo está amparado na Lei nº 8.112, de 1990 (Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais).

Além dos pedidos de instauração de inquérito administrativo, Renan Calheiros também obteve aprovação do Plenário para a solicitação de que o TCU realize auditorias e informe sobre aquelas já feitas a partir de denúncias contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e seu grupo político. No mesmo dia, Antonio Carlos apresentou 13 requerimentos de informações e defendeu uma CPI mista para investigar irregularidades na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que deverá ser extinta pelo governo, juntamente com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).